



## **Racismo na literatura: uma abordagem a partir de elaboração de pareceres**

Maria de Fátima Oliveira Batista (1)

Maria Cristina do Nascimento (2)

Prefeitura do Recife. [moliveirabatista@gmail.com](mailto:moliveirabatista@gmail.com)  
[crisrina.nascimento.com@gmail.com](mailto:crisrina.nascimento.com@gmail.com)

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo refletir acerca da escolha de livros didáticos e literários por professoras/es da Rede de Ensino do Recife, no que diz respeito aos textos e imagens que expressam preconceito, discriminação racial e o racismo, na perspectiva de propor algumas possibilidades e caminhos para mudanças nessas escolhas.

A nossa formação inicial foi e ainda é pautada num currículo eurocêntrico, a implementação das Leis 10.639/03 e a 11.645/08 estabelece uma reflexão crítica com vistas a garantir as/aos estudantes o direito de conhecerem as histórias e culturas que compõem a sociedade brasileira por meio do processo da formação de leitores/as, sejam de origem indígena, negra, branca e outras representações, de modo a levá-las/os a perceberem as suas diferenças, mas que as mesmas não sejam elementos para estabelecer a hierarquização, no processo das relações. Ou seja, educá-las/os enquanto cidadãos/ãos numa perspectiva mais justa e democrática.

Centraremos na experiência do GTERÊ – Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico-Raciais - no processo de elaboração de pareceres para o Programa de Formação de Leitoras/es, em que a escolha de livros foi realizada com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, dialogando com seus princípios filosóficos e pedagógicos de uma sociedade multicultural e pluriétnica na possibilidade de reconstruir o olhar no que dizem respeito ao enfrentamento ao racismo, por meio de práticas educativas que assegurem à conscientização política e histórica da diversidade contribuindo assim para o fortalecimento de identidade e de direitos, no sentido de reeducar as relações raciais e sociais na sociedade.

**Palavras-chave:** Educação das Relações Étnico-Raciais; formação de professoras/es; literatura; racismo.

### **Introdução**

Para adentrar ao proposto neste artigo, duas questões foram centrais: Por que o corpo docente ainda escolhe livros com textos e imagens que expressam o preconceito, a discriminação racial e o racismo? E o que podemos e devemos fazer para a mudança desta escolha?

Tal reflexão surgiu mediante a análise de livros literários infanto-juvenis com o objetivo de dar um parecer para a aquisição do acervo do Kit Manuel Bandeira<sup>1</sup>, do *Programa de Formação de Professores e Leitores Manuel Bandeira*<sup>2</sup> da Rede Municipal de Ensino do Recife. Para isso, tivemos como referência os critérios estabelecidos nas

<sup>1</sup>Seleção de livros literários infanto-juvenis distribuídos para as/os estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino do Recife.

<sup>2</sup> Programa de Formação de Professores e Leitores Manuel Bandeira da Rede municipal de Ensino do Recife.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

orientações do Programa Nacional do Livro Didático- PNLD e o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, que de acordo com os mesmos, a seleção do acervo literário para compor a biblioteca escolar deve evitar obras que abordem o didatismo, moralismo, preconceito, imagens estereotipadas, ou qualquer tipo discriminação, seja racial, geracional, de orientação sexual, identidade de gênero, de religião, deficiências de pessoas em geral. E também levar em consideração ao que estabelece o Art.<sup>3</sup> 3º, e seus respectivos incisos das diretrizes dos programas de material didático, que trata do respeito aos princípios da autonomia da comunidade escolar, o respeito à pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, as diversidades sociais, culturais e regionais e à liberdade. Estes princípios favorecem mudanças de mentalidade, de atitude das pessoas, e conseqüentemente das instituições.

Critérios estes consolidados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais (2004) que orientam para o enfrentamento ao racismo por meio de recursos didáticos e práticas educativas que assegurem à conscientização política e histórica da diversidade contribuindo assim para o fortalecimento de identidade e de direitos, no sentido de reeducar as relações raciais e sociais, possibilitando a promoção de igualdade e oportunidades entre os diferentes grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira, como afirma a professora Petronilha:

[...] o processo de educar as relações entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais tem início com mudanças no modo de se dirigirem umas às outras, a fim de que desde logo se rompam com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de se aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais e sociais (SILVA, 2007, p. 490).

A práxis centra na diversidade, favorece reconhecer as diferenças, possibilitando o diálogo entre os(as) diferentes, assim como o respeito, a escuta e a valorização dos seres.

## **Metodologia**

A escolha dos livros consiste do texto e análise das imagens pelas componentes do Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico-Raciais-GTERÊ<sup>4</sup> que analisam as obras como base nos critérios acima mencionados. Nesta perspectiva LIMA (2005), chama a

---

<sup>3</sup> DECRETO Nº 7.084, DE 27 DE JANEIRO DE 2010 que estabelecem as Diretrizes dos Programas de material didático.

<sup>4</sup> Grupo de Trabalho em Educação das Relações Étnico-Raciais-GTERÊ da Rede municipal de Ensino do Recife.



atenção quanto à relevância de questionar como está apresentada a imagem da/o negra/o e da/o indígena, pois a representação interfere na realidade, limita percepções e retifica dominações.

Segundo ROSEMBERG, BAZILLI e SILVA (2003), as primeiras pesquisas que investigaram acerca da representação da/o negra/o no livro didático e paradidático, constataram uma concepção latente de que o racismo (via preconceito) se expressaria em proposições de hostilidade racial ou proposições que defendessem a inferioridade natural dos negros, à maneira das teorias racistas do século XIX.

Na pesquisa sobre imagem do negro nos livros didáticos brasileiros, SILVA (2010, p. 28-29) apresenta um panorama bastante preocupante, pois retrata o quanto o racismo perdura, numa síntese, o autor mostra que o homem branco é visto como sinônimo da espécie humana, que há a sub-representação de personagens negros e quando esses estão presentes, muitas vezes estão fora do contexto familiar, com pouca diversidade nas profissões e maioria naquelas de baixo poder e prestígio social.

As crianças negras estão, quase sempre, em situação negativa. Ainda destacando os dados da pesquisa supracitada, o tratamento estético exagera nos traços grotescos e estereotipados de personagens negros, mantendo-os na condição social similar à escravidão e com pouca possibilidade de reverter à situação de vulnerabilidade, o contexto sócio, cultural e histórico é omitido e prevalecem o olhar eurocêntrico, em que a história africana é negada e outras tendências do discurso racista que permanecem subjacentes.

No que se referem às questões indígenas nos livros didáticos e de literatura infanto-juvenil, a representação indígena ainda é dominada por um conjunto de estereótipos, representando como um povo do passado, selvagem, e que ser índio deve ter as características físicas dos povos indígenas da Região Norte, tem que usar ornamentos corporais, como por exemplo, discos de madeira redondos nos lábios, uma imagem única, independente da região onde a comunidade habita.

A maneira reducionista como é abordada a população indígena, não reconhece a diversidade sociocultural dos povos indígenas, pois segundo os dados do INEP<sup>5</sup>:

O Brasil hoje reconhece a diversidade sociocultural dos povos indígenas. Ela se expressa pela presença de mais de 220 povos indígenas distintos, habitando centenas de aldeias localizadas em praticamente todos os Estados da Federação. Vivem em 628 terras indígenas descontínuas, totalizando 12,5% do território nacional. Apesar da ampla distribuição, mais de 60% da

<sup>5</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

população indígena está concentrada na região da Amazônia Legal (INEP, 2007, p. 15).

Na perspectiva de desconstruir a imagem distorcida baseada em uma visão etnocêntrica e preconceituosa sobre a temática, faz-se necessário que os sistemas de ensino, os estabelecimentos, as/os profissionais em educação compreendam que a sociedade é pluriétnica, portanto, possui cultura e história próprias, compondo a colcha de retalho da diversidade da nação brasileira.

A educação é um dos direitos que favorece o processo da formação do ser humano na sua integralidade, um dos pontos de partida para que a sociedade seja levada a refletir sobre seus valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características pluriétnicas, ou seja, reconheça as desigualdades raciais e compreenda a relevância da promoção de políticas públicas para a afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais para a população negra e indígena.

Os movimentos sociais a partir dos anos 1980, destacando os movimentos negro e indígena, muito contribuíram no âmbito educacional. Os povos indígenas conquistaram um espaço na elaboração da Constituição Federal de 1988 garantindo uma educação diferenciada como estabelece o Art. 210, que legitima o direito a população indígena de assegurar um currículo escolar que favoreça a formação básica comum que respeite os valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, bem como, o de ministrar tanto o componente curricular Língua Portuguesa, como as Línguas Maternas, além de processos próprios de aprendizagem. No Art. 215 e parágrafo 1º, dizem respeito ao exercício dos direitos aos bens culturais, a valorização e a difusão das manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras e demais grupos que compõem o processo civilizatório nacional.

Para o movimento social negro não foi diferente, o Movimento Negro Unificado já trazia para a educação a discussão acerca da diversidade étnico-racial no currículo oficial escolar das redes de ensino municipal e estadual como aconteceu em Pernambuco, especificamente, no Recife, militantes criaram a coletânea Djumbay (Informativo da Comunidade Negra Pernambucana na década de 1990) com a finalidade de coletar experiências e pesquisar sobre as raízes do povo negro na perspectiva de desconstruir os equívocos históricos existentes a respeito da história da/os africanas/os e afro-brasileiras/os. A mobilização tanto dos povos indígenas quanto do movimento social negro contribuiu para o processo de discussão e reflexão sobre as diferenças culturais, isto é, o reconhecimento da



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

diversidade em contraposição à concepção eurocêntrica e dominante, promovendo mudanças na reconstrução do currículo escolar do sistema nacional.

Segundo DÓRIA (2008, p.15-16), existe hoje um movimento na literatura que consiste em obras que abordam a relevância de conhecer não apenas a si mesmo, mas como também o outro, o diferente. E assim como o outro começa a ganhar uma existência mais ampla, através do imaginário, ele pode ganhar mais espaço concreto na vida real, que o autor caracterizou de movimento Antipreconceito. O autor destaca também que se faz necessário desnudar o preconceito, enfrentá-lo e apontar saídas, porque o preconceito racial é um fenômeno que não pode ser ignorado, para isso existem as leis e medidas, como o Estatuto da Igualdade Racial que estabelece:

**Art. 1º** Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

**Art. 9º** A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira (BRASIL, 2010).

Nesta trama de enfrentamento ao racismo na educação o movimento social negro participou da construção e conquistou no âmbito de política pública afirmativa a Lei 10.639/03 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. A professora Petronilha Gonçalves (BRASIL, 2005), destaca no parecer do CNE/ nº 3/2004 que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeu por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira, no sentido de favorecer a inclusão de novos conteúdos, ou seja, repensar acerca das relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, criando condições de ensino para aprendizagem, que rompam com o silêncio do racismo no cotidiano escolar, de modo a reconstruir relações raciais e sociais saudáveis entre as/os estudantes sejam de origem indígena, asiático, africana e europeia.

Para consolidarmos mudança no que se refere à cosmovisão eurocêntrica se faz necessário um olhar refinado, no entanto, alguns profissionais não percebem tais detalhes, portanto, sendo necessários processos de formação contínua sobre essa problemática.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Processo este que deve promover uma revisão histórica do nosso passado e estudo sobre a participação da população indígena e negra na atualidade quanto à contribuição desses povos a partir de uma lente que possibilite ao/a leitor/a refletir e reconhecer a problemática do racismo numa abordagem serena, mas incisiva como afirmou Dória (2008).

Nesta perspectiva CAVALLEIRO (2000), defende que para desconstruir o preconceito racial, o racismo no ambiente escolar se faz necessário criar estratégias que favoreçam a elevação da autoestima de indivíduos oriundos de grupos discriminados, de modo a garantir condições para uma convivência positiva entre as pessoas. Acreditamos que o acesso a obras literárias que abordem o processo das relações desde a Educação infantil certamente contribuirá para romper com o silêncio existente na sociedade em relação ao racismo.

É preciso observar como estão sendo representadas as populações indígenas, e negras nos livros didáticos e literatura infanto-juvenil, nas imagens e textos, no sentido de desconstruir o legado da escravidão e o mito da democracia racial.

Ao analisar os livros em relação às culturas/histórias africanas, afro-brasileira e indígenas, atentamos para algumas questões, baseadas nos princípios pontuados nas Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais (2204), para orientar professoras/es:

Há perspectiva de romper o silêncio em relação ao preconceito, à discriminação racial e ao racismo?

Abordam textos e imagens positivas dessas representações no sentido de fortalecer a autoestima das/os nossas/os estudantes?

Há consciência étnico-racial e dignidade nas imagens e/ou ilustrações?

Apresentam suas contribuições sociais, econômicas, culturais, políticas, intelectuais, experiências, estratégias e valores?

Há banalização de suas expressões socioculturais (centrados apenas em seus costumes, alimentação, vestimenta ou rituais festivos, sem contextualizá-los?)

Há prevalência de estereótipos e folclorização que minimizam os valores e os significados do sujeito histórico negro e indígena?

A população indígena é vista como ser do passado ou de grande atuação no presente?

Reproduzem a ideia subjacente de que somos descendentes de escravos? Ou de que somos descendentes de africanas/os escravizados/as? (Negra/o = escrava/o?)

São questões que serão respondidas com um olhar crítico sobre esta visão distorcida e equivocada em relação as/aos indígenas e as/aos negras/os, por isso, faz-se necessários processos de formação continuada sobre essa problemática.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

A crítica a essa prática da estereotipia indígena foi realizada de maneira brilhante no documentário “Capa de Índio” (2010), através de uma reflexão cinematográfica sobre o turismo na aldeia dos índios Pataxó de Coroa Vermelha, extremo sul da Bahia. A direção é feita por indígenas que, com a sua câmera, seguem os visitantes e exploram a visão estereotipada destes sobre os moradores da Reserva. Revela-se um diálogo entre o índio e o “branco”, que traduzem algumas dificuldades no processo de aproximação. O filme constitui-se numa procura por novas formas de divulgação da vida destes povos indígenas do Nordeste. Resultado de uma oficina de vídeo organizada em parceria com o Ponto de Cultura Pataxó de Coroa Vermelha, o filme traduz essa necessidade de ouvir as vozes destes sujeitos históricos e culturais, numa tentativa de quebrar com estereótipos e da persistente folclorização acerca destes povos no imaginário da sociedade brasileira.

## **Conclusão**

Analisar livros literários infanto-juvenis na busca de romper o silenciamento acerca do preconceito racial contra pessoas e cultura negras e o povo indígena na perspectiva da reeducação das relações étnico-raciais tem como objetivo possibilitar outro olhar para a/o professor/a mediante a escolha do acervo literário para compor a biblioteca escolar, com vistas a promover a formação de pessoas, garantia do direito de aprender e ampliar conhecimentos acerca da contribuição dos povos negros e indígenas na construção da nação brasileira. A representação negra na literatura infantil e infanto-juvenil ainda é apresentada de maneira distorcida, inferiorizada como foi constatado na análise do livro de CAVALCANTI, Lailson de Holanda de (2010): *Joaquim Nabuco A voz da Abolição* fortalecendo uma visão eurocêntrica ao abordar a luta pela libertação dos escravos limitada aos abolicionistas representantes de uma elite liberal e conseqüentemente, invisibilizando a participação de homens e mulheres africanos e descendentes de africanos escravizados e os libertos que também participaram ativamente do movimento abolicionista.

Diferentemente da obra de HAKIY, Tiago (2011), *Mayató-Pót: histórias indígenas para crianças*, onde o autor faz uma releitura por meio de narrativas míticas acerca da resistência dos povos indígenas com muita propriedade a partir do sentimento de pertença na perspectiva de defender e preservar cultura e a identidade de ser índio à sombra da ameaça de extinção, sem flechas e tacapes, porém, por meio do ritual das palavras.

São exemplos no processo de escolha que demonstram a importância de um parecer crítico propositivo que busca contribuir para a aquisição de obras que possam constituir um acervo colaborativo para a implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Sabemos que o desafio é contínuo, pois há outras tantas obras contradizendo os princípios previstos nessa



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

legislação e que reforçam o mito da democracia racial e da mestiçagem, bem como, apagam as lutas por afirmação de identidades.

### **Referências Bibliográficas:**

BRASIL. Estatuto da igualdade racial: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série legislação, 171).

Disponível em: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/estatuto-da-igualdade-racial/>. Acesso em: 16 de ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.639/03**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. ed. São Paulo: Contexto, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a10v29n1.pdf>. Acessado em 02/08/2016.

DÓRIA, Antônio Sampaio. **O preconceito em foco: análise de obras literárias infanto-juvenis: reflexões sobre história e cultura**. São Paulo: Paulinas, 2008.

ZOETTL, Peter Anton. **Filme Capa de Índio**. Disponível em: <https://vimeo.com/24472557>. Acesso em: 16 de ago. 2016.

LIMA, Heloisa Pires. **Personagens Negros: Um breve perfil na literatura infanto-juvenil**. In: Munaga, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2003, p. 101-115.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. **Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Racismo em Livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.